


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1011746-37.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exequente: **Luis Pereira Lopes e outros**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Vilson Palaro Júnior

Vistos.

LUIS PEREIRA LOPES, JOSÉ CARLOS PEREIRA LOPES, SONIA MARIA FEHR PEREIRA LOPES, SANDRA DE CAMPOS PEREIRA LOPES, ANDRÉ LIS E CAMPOS PEREIRA LOPES, FRANCISCO CARLOS E CAMPOS PEREIRA LOPES, CYNTIA DE CAMPOS PEREIRA LOPES, CELSO ANTONIO DE CAMPOS PEREIRA LOPES, CLÁUDIO ROBERTO DE CAMPOS PEREIRA LOPES, DÓRIS DE CAMPOS PEREIRA LOPES, ERNESTO PEREIRA LOPES MEIRELLES, RENATA PEREIRA LOPES MEIRELLES, VIRGÍNIA PEREIRA LOPES MEIRELLES PARTEL, REGINA ELY PEREIRA LOPES DELBELLO, ANA CRISTINA DI PIERO PEREIRA LOPES, ERNESTO LUIS PEREIRA LOPES, ELY DI PIERO PEREIRA LOPES, COROLIANO MORATO FERRAZ MEIRELLES, todos herdeiros de *Ernesto Pereira Lopes*, ajuizaram o presente cumprimento de sentença contra o BANCO DO BRASIL S/A, também qualificado, alegando sejam credores da requerida da quantia de R\$ 50.808,10 representada pelo título judicial da Ação civil Pública nº 16798/98 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Pediu a citação da requerida para pagamento da quantia.

É o relatório.

DECIDO.

O título que aparelha a execução não ostenta executividade, uma vez que se encontra prescrito.

A ação civil pública foi ajuizada no ano de 1993, cuja sentença foi proferida em 06/11/1998 e transitada em julgado em 27/10/2009 conforme se vê da certidão de objeto e pé juntada, sendo este o termo inicial do prazo prescricional.

O prazo prescricional para a hipótese de execução individual lastreada em ação civil pública é quinquenal conforme decidiu o Eg. Superior Tribunal de Justiça:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjstj.jus.br

REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA. 1.- Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública". 2. - No caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória¹".

Com efeito, o pedido de cumprimento de sentença somente foi distribuído em 13/10/2016, ou seja, após o lastro de cinco anos do trânsito em julgado da ação civil pública, estando, portanto, prescrita a pretensão executória.

Cabe, ainda, ressaltar, que conforme restou decidido na Apelação Cível 20160110242483, julgada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o Ministério Público não tem legitimidade para propor Medida Cautelar visando exclusivamente a interrupção do prazo prescrição para ajuizamento de execução individual de ação coletiva. Nesses termos:

"APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS. PRAZO QUINQUENAL EXPIRADO. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. NÃO VERIFICADA."

Assim, é de rigor a extinção do feito, salientando-se que a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício, conforme disposto no artigo 332, §1º, do Novo Código de Processo Civil (Apelação Cível nº 990.10.036655-6, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Desembargador REBELLO PINHO)².

Isto posto JULGO EXTINTO o presente processo proposto por LUIS PEREIRA LOPES, JOSÉ CARLOS PEREIRA LOPES, SONIA MARIA FEHR PEREIRA LOPES, SANDRA DE CAMPOS PEREIRA LOPES, ANDRÉ LIS E CAMPOS PEREIRA LOPES, FRANCISCO CARLOS E CAMPOS PEREIRA LOPES, CYNTIA DE CAMPOS PEREIRA LOPES, CELSO ANTONIO DE CAMPOS PEREIRA LOPES, CLÁUDIO ROBERTO DE CAMPOS PEREIRA LOPES, DÓRIS DE CAMPOS PEREIRA LOPES, ERNESTO PEREIRA LOPES MEIRELLES, RENATA PEREIRA LOPES MEIRELLES, VIRGÍNIA PEREIRA LOPES MEIRELLES PARTEL, REGINA ELY PEREIRA LOPES DELBELLO, ANA CRISTINA DI PIERO PEREIRA LOPES, ERNESTO LUIS PEREIRA LOPES, ELY DI PIERO PEREIRA LOPES, COROLIANO MORATO FERRAZ MEIRELLES, todos herdeiros de *Ernesto Pereira Lopes* contra BANCO DO BRASIL S/A, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, pelo reconhecimento da prescrição, com base no art. 487, II, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 14 de outubro de 2016.

¹ STJ, REsp. 1.273.643, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Data do julgamento: 27 de fevereiro de 2013.

² www.tjstj.gov.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Vilson Palaro Júnior

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**